

**A. I. N°** - 279545.0002/00-6  
**AUTUADO** - FRANCINILTON TORRES BATISTA  
**AUTUANTE** - SILVANA PALMEIRA JUNQUEIRA AYRES  
**ORIGEM** - INFAZ VAREJO  
**INTERNET** - 15/04/2008

### **3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

#### **ACÓRDÃO JJF N° 0088-03/08**

**EMENTA:** ICMS. 1. SIMBAHIA. MICROEMPRESA. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS ENQUADRADAS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. RECOLHIMENTO A MENOS DO IMPOSTO. Nas aquisições interestaduais de mercadorias enquadradas no regime de substituição tributária, não havendo acordo (convênio ou protocolo) que preveja a retenção do imposto pelo remetente, e não sendo previsto o pagamento do tributo no posto fiscal de fronteira, cabe ao destinatário efetuar a antecipação do imposto sobre o valor adicionado no prazo regulamentar. Infração não elidida. 2. SIMBAHIA. MICROEMPRESA. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA PARCIAL. ENTRADAS INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS PARA COMERCIALIZAÇÃO. RECOLHIMENTO A MENOS DO IMPOSTO. É devido o pagamento na primeira repartição fazendária do percurso de entrada neste Estado, a título de antecipação parcial do ICMS, em valor correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual, nas entradas de mercadorias adquiridas para comercialização, não enquadradas no regime da substituição tributária. Comprovado nos autos que as aquisições foram realizadas por microempresa diretamente a indústria, situação em que há a redução de 50% no valor do imposto devido, nos termos do §4º do artigo 352-A do RICMS/BA, devidamente considerada no levantamento fiscal. Infração caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

#### **RELATÓRIO**

O Auto Infração em epígrafe foi lavrado em 30/10/2007 e exige ICMS no valor total de R\$8.568,42, acrescido da multa de 50%, em razão de duas infrações.

Infração 01. Recolhimento a menos do ICMS devido por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, na condição de microempresa, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras Unidades da Federação e relacionadas no anexo 88 do RICMS/BA. Exercício de 2004- meses de janeiro, abril, maio, setembro, novembro e dezembro; exercício de 2005: meses de janeiro a março, maio a julho, setembro a dezembro. ICMS no valor de R\$8.434,06.

Infração 02. Recolhimento a menos do ICMS devido por antecipação parcial, na condição de microempresa enquadrada no Regime Simplificado de Apuração de ICMS – SimBahia, referente às aquisições de mercadorias provenientes de fora do Estado. Exercício de 2004- mês de dezembro; exercício de 2005: meses de janeiro, agosto e outubro. ICMS no valor de R\$134,36.

O autuado apresenta impugnação ao lançamento de ofício às fls. 72 e 73, descrevendo o enunciado da infração 01, e aduzindo que ficou surpreso com a quantidade de notas fiscais apresentadas, porquanto as mesmas seriam de fornecedores desconhecidos, os valores das referidas notas fiscais estariam acima do padrão da empresa, e que “nunca teve posse dos produtos descritos nessas Notas.” Afirma que foi vítima de crime contra o patrimônio público – estelionato, ou outro, tendo alguém usado de forma fraudulenta os seus dados cadastrais para efetuar compras. Expõe que “Convém deixar claro que, a empresa não se declara omissa de todas as Notas Fiscais da relação apresentada, portanto a empresa se compromete pagar todas suas obrigações das notas que são de seu conhecimento.” Declara ter informado “o caso a DROEF – Delegacia de Repressão a Estelionato e Outras fraudes, através da Certidão numerada pela guia 0432007000699 em 19/10/2007” (fl. 80) – grifos no original - e que “está disposta a esclarecer e comprovar esse delito.” Conclui requerendo “que seja feita a restauração dos débitos cobrados contra si pela Secretaria da Fazenda Estadual, dissipando o imposto cobrado referente às Notas Fiscais Fraudulentas como é de direito e de justiça. (Notas fiscais em anexo)” Junta, às fls. 81 a 93, cópias de notas fiscais.

A autuante presta informação fiscal à fl. 96, dizendo que o contribuinte alega não ter posses suficientes para adquirir o volume de mercadorias referidas nas notas fiscais apresentadas, que os fornecedores são desconhecidos, e que seu cadastro foi utilizado de forma fraudulenta, pedindo a exclusão das notas fiscais que a auditora cita à fl. 96. Que, como justificativa, declara que informou o caso à DREOF, conforme Certidão apresentada à fl. 80.

A funcionária fiscal observa que inexistente, no dossiê do autuado na SEFAZ/BA, qualquer documento que impedisse a ação fiscal, e que tomou conhecimento da queixa dada pelo autuado junto à DREOF no momento do recebimento da defesa. Que o seu trabalho restringe-se à fiscalização do ICMS, ou seja, verificação dos documentos fiscais. Que, pelos documentos obtidos junto ao Controle Fiscal Automatizado de Mercadorias em Trânsito – CFAMT, as operações foram realizadas pelo autuado, sendo legítimos os documentos. Que a defesa fundamenta-se em alegações, sem apresentar provas, cabendo ao autuado comprovar que não realizou as compras. Conclui mantendo a autuação.

Considerando a necessidade de garantir o direito ao exercício de ampla defesa pelo sujeito passivo, e tendo em vista que não fôra juntado aos autos o recibo do contribuinte, comprovando que o mesmo recebera cópia dos demonstrativos elaborados pelo Fisco, nem das notas fiscais recolhidas no CFAMT, esta 3ª Junta de Julgamento Fiscal decidiu (fl. 99) converter o processo em diligência à INFAZ de origem para que fosse fornecida ao contribuinte cópia das fls. 13 a 68 do PAF, reabrindo-lhe o prazo de trinta dias, para que, querendo, apresentasse nova impugnação ao lançamento fiscal.

A diligência foi cumprida, conforme documentos de fls. 102 e 103, tendo o contribuinte mantido-se silente.

## **VOTO**

O Auto de Infração em lide trata das imputações descritas no Relatório.

O contribuinte defendeu-se argumentando, sem comprovar, que não adquirira a totalidade das mercadorias objeto das imputações 01 e 02. O fato de demonstrar, com o documento à fl. 80, que prestou queixa-crime quanto a que “alguém usou de forma fraudulenta o CNPJ 04.262.354.0001-65” “com vários fornecedores de calçados” não traz ao processo prova da alegação defensiva neste sentido. A simples negativa do cometimento da infração não desonera o sujeito passivo de elidir a presunção de legitimidade da autuação fiscal configurando-se, na situação em lide, o previsto no artigo 143 do RPAF/99.

Uma vez que às fls. 15 a 68 dos autos encontram-se notas fiscais emitidas em operações descritas como vendas ao contribuinte, não resta ao Fisco outra alternativa senão, no desempenho de sua atividade vinculada, exigir o ICMS devido nas mencionadas transações.

Em relação à infração 01, recolhimento a menos do ICMS devido por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, na condição de microempresa, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras Unidades da Federação e relacionadas no anexo 88 do RICMS/BA, o levantamento fiscal, e respectivas notas fiscais, encontram-se às fls. 16 a 68, não tendo, o contribuinte, apresentado dado numérico contrário àqueles levantados pelo Fisco. Observo que foi corretamente aplicada a margem de Valor Adicionado – MVA de 35% prevista para calçados, mercadoria objeto do lançamento de ICMS, estando corretos os cálculos efetuados. Infração 01 subsistente.

No que tange à infração 02, recolhimento a menos do ICMS devido por antecipação parcial, na condição de microempresa enquadrada no Regime Simplificado de Apuração de ICMS – SIMBAHIA, referente às aquisições de mercadorias provenientes de fora do Estado, com demonstrativo do levantamento fiscal e respectivas notas fiscais nele citadas às fls. 14 a 32, observo que estando comprovado, nos autos, que as aquisições foram realizadas por microempresa diretamente a indústria, situação em que há a redução de 50% no valor do imposto devido, nos termos do §4º do artigo 352-A do RICMS/BA, tal redução foi devidamente considerada no levantamento fiscal. Infração 02 subsistente.

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **279545.0002/00-6**, lavrado contra **FRANCINILTON TORRES BATISTA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$8.568,42**, acrescido da multa de 50% prevista no art. 42, inciso I, “b”, item 1, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 07 de abril de 2008

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA - PRESIDENTE

OSMIRA FREIRE DE CARVALHO RIBEIRO DA SILVA - RELATORA

OLAVO JOSÉ GOUVEIA OLIVA - JULGADOR